

NO CORREDOR DA LOUCURA, UMA BRECHA ANTIMANICOMIAL

a Biblioteca Thaís S. Acácio e sua importância para a cidade de Juiz de Fora - MG

IN THE CORRIDOR OF MADNESS, AN ANTI-ASYLUM BREACH

the Thaís S. Acácio Library and its significance to the city of Juiz de Fora - MG

Maria Antonia Bertelli de Castro¹

Isabela Barbosa Ecar²

Caio de Alencar Mendes Silveira²

Laís Teixeira Duarte²

Lara Barreiro Feitoza²

Bruno Quintino de Oliveira³

Yasmim Moreira Jacintho²

RESUMO

Construída pela Liga Acadêmica de Psicologia Social e Comunitária – Laço, projeto de extensão do curso de Psicologia do Centro Universitário Academia – UNIACADEMIA, a Biblioteca Thaís S. Acácio surge a partir da necessidade de se resgatar a memória histórica da loucura em Juiz de Fora-MG. Seu rico acervo online, composto atualmente por 414 materiais diversos sobre a saúde mental na cidade, visa subsidiar futuras pesquisas e intervenções na área em um dos municípios pertencentes ao chamado “corredor da loucura”. Dessa forma, o presente artigo pretende analisar como o resgate da memória antimanicomial, por meio deste acervo, pode contribuir para a promoção da saúde e da qualidade de vida frente à avassaladora contrarreforma psiquiátrica no Brasil. Assim, objetiva-se destacar a Biblioteca como uma prática extensionista exitosa e comprometida com a realidade sócio-histórica do território em questão, defendendo, portanto, o resgate e a materialização da luta antimanicomial enquanto movimento social complexo que, formado pela conjunção de múltiplos atores, promove a saúde ao resistir à institucionalização e mercantilização da loucura, tão denunciada pelo arcabouço teórico da psicologia social e comunitária latino-americana. Com isso, conclui-se que o acervo é uma construção constante e dinâmica que conta com a participação ativa dos membros da Laço para desenvolver, por meio da democratização do conhecimento, um novo paradigma social da loucura e da saúde mental capaz de promover qualidade de vida e bem-estar à população.

Palavras-chave: Reforma psiquiátrica; Juiz de Fora; Biblioteca Thaís Acácio; Prática extensionista; Promoção de qualidade de vida.

1 Centro Universitário Academia (UniAcademia) – Juiz de Fora, MG, Brasil. Graduanda em Psicologia pelo UniAcademia. E-mail: maria.bertelli07@hotmail.com.

2 Centro Universitário Academia (UniAcademia) – Juiz de Fora, MG, Brasil. Graduanda(o) em Psicologia pelo UniAcademia.

3 Centro Universitário Academia (UniAcademia) – Juiz de Fora, MG, Brasil. Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) – Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

ABSTRACT

Established by the Academic League of Social and Community Psychology – Laço, an extension project of the Psychology program at Academia University Center – UNIACADEMIA, the Thaís S. Acácio Library emerged from the need to recover the historical memory of madness in the city of Juiz de Fora-MG. Its rich online collection, currently containing 414 different materials on mental health, aims to support future research and interventions on this field in one of the cities that belonged to the so-called “corridor of madness”. This paper aims to analyze how the recovery of the anti-asylum memory, through the library, can contribute to the promotion of health and quality of life in the face of the overwhelming psychiatric counter-reform in Brazil. Thus, the goal is to highlight the library as a successful extension practice committed to the socio-historical reality of the territory in question, thereby advocating for the rescue and materialization of the anti-asylum struggle as a complex social movement that, formed by a conjunction of multiple agents, promotes health by resisting against the institutionalization and commercialization of madness, so strongly condemned by the theoretical framework of Latin American social and community psychology. In conclusion, the library is a constant and dynamic construction that relies on the active participation of Laço members to develop, through the democratization of knowledge, a new social paradigm for madness and mental health, capable of promoting quality of life and well-being for the population.

Keywords: Psychiatric reform; Juiz de Fora; Thaís Acácio Library; Extension practice; Promotion of quality of life.

INTRODUÇÃO

O projeto de extensão Laço – Liga Acadêmica de Psicologia Social e Comunitária, iniciado em 2016 no Centro Universitário Academia (UniAcademia) em Juiz de Fora, Minas Gerais, emergiu como uma resposta ao cenário de elitização e alienação político-social supostamente presente na Psicologia brasileira. Este projeto reflete uma inquietação dos estudantes, que percebem a necessidade de construir uma psicologia crítica que vá além dos moldes acadêmicos tradicionais. Fundamentada na ideia de que a produção coletiva do conhecimento permite transformações que servem à emancipação dos sujeitos (Costa; Mendes, 2021), a Liga se configura como um instrumento para que discentes e comunidade interajam com as

múltiplas realidades locais, estimulando um processo de reflexão e engajamento ativo com as problemáticas sociais do território.

Este compromisso com a transformação social integra a prática extensionista ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, estabelecido no artigo 207 da Constituição Federal (Brasil, 1988). Nesse contexto, a Liga propõe atividades que ultrapassam os muros da universidade e buscam um impacto profundo na comunidade, articulando-se à formação acadêmica e ao desenvolvimento pessoal dos estudantes. Para Severino (2014), a extensão tornou-se uma dimensão fundamental do

ensino superior, pois reafirma os compromissos do conhecimento e da educação com a sociedade. O projeto extensão em tela, assim, reafirma essa dimensão, na medida em que suas ações se alinham às necessidades da população e promovem práticas éticas e voltadas ao bem comum.

Desde sua fundação, a Laço estabeleceu uma relação orgânica com movimentos sociais, refletindo sobre as demandas locais e percebendo a importância de dar visibilidade à história da loucura e à luta antimanicomial no município de Juiz de Fora. A cidade, que possui um longo e complexo histórico manicomial, inaugurou seu primeiro hospital psiquiátrico, a Casa de Saúde Esperança, em 1939. Com o passar das décadas, o número de leitos psiquiátricos cresceu significativamente, atingindo 1.792 leitos distribuídos entre sete hospitais na década de 1980 (Acácio, 2019). Juiz de Fora, junto a Belo Horizonte e Barbacena, formou, nos anos de 1980, o “corredor da loucura”, concentrando mais de 90% dos leitos psiquiátricos de Minas Gerais, segundo Goulart (2000). Esse cenário, que refletia a exclusão social e o encarceramento das pessoas em sofrimento psíquico, começou a se modificar com o fortalecimento da Luta Antimanicomial e a Reforma Psiquiátrica (RP) Brasileira, que priorizavam a assistência comunitária e a desinstitucionalização. Atualmente, após anos de luta, todos os hospitais psiquiátricos de Juiz de Fora estão descredenciados; o último a fechar, em 2015, foi também o primeiro a ser inaugurado, encerrando, assim, um ciclo de 76 anos de institucionalização da loucura.

Diante desse histórico, a Liga viu a necessidade de integrar a teoria da psicologia social comunitária à realidade local e iniciou, em

2023, a construção da Biblioteca Virtual Thaís S. Acácio (BVTSA). Esse projeto foi inspirado nos ideais do psicólogo Ignacio Martín-Baró, que defende a libertação da Psicologia latino-americana da dependência teórica dos saberes norte-americano e europeu. Em sua obra “Para uma Psicologia da Libertação” (2009), Martín-Baró propõe que a Psicologia redefina sua episteme a partir da vida e das lutas dos povos latino-americanos, refletindo sobre seus sofrimentos e aspirações. A Laço, ao adotar essa abordagem, orienta suas práticas pela recuperação da memória histórica dos processos psicossociais, especialmente sob a perspectiva das maiorias populares. Dessa forma, a Biblioteca não se limita a organizar e disponibilizar documentos, mas também assume um papel de resistência contra o apagamento da história da saúde mental em Juiz de Fora.

A BVTSA⁴, mais do que um repositório de documentos, é uma ferramenta de democratização do conhecimento e fortalecimento das políticas de saúde mental no município. Em colaboração com serviços locais, como o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III (CAPS AD III), e por meio de parcerias com diversas instituições e eventos, a Biblioteca se alinha aos princípios da Luta Antimanicomial, constituindo um recurso valioso para fomentar o debate crítico e a conscientização social. A construção do acervo digital, além de preservar a história da saúde mental e da luta antimanicomial, facilita o acesso de pesquisadores, estudantes e profissionais a uma ampla gama de materiais que abordam a realidade local e nacional, integrando saberes acadêmicos e comunitários para oferecer uma nova perspectiva sobre o tema.

Nesse sentido, a Biblioteca reflete ainda uma contrarresposta ao processo de desmonte das

4 Disponível em: <https://sites.google.com/view/biblioteca-saude-mental-jf/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 27 dez. 2024.

políticas de saúde mental e aos recentes retrocessos em direitos sociais. Em meio aos movimentos pela crescente desinstitucionalização dos serviços de saúde mental e à expansão de práticas de assistência comunitária, a BVTSA se apresenta como um espaço que fortalece o princípio de liberdade e autonomia para aqueles que enfrentam desafios relacionados à saúde mental. Em seu compromisso com a promoção da saúde e da qualidade de vida, especialmente em contextos de acesso limitado, a Biblioteca democratiza o conhecimento, torna acessíveis os recursos necessários para pesquisas e subsidia intervenções sociais e políticas públicas, cumprindo uma função extensionista fundamental perante a realidade sócio-histórica de Juiz de Fora.

Em consonância com os objetivos da Laço, a Biblioteca se configura como uma prática extensionista que, ao promover o acesso gratuito a informações e materiais críticos sobre saúde mental, simboliza uma nova forma de apoio a uma Psicologia comprometida com os direitos humanos e a justiça social. Esse compromisso contínuo com a sociedade, em um momento de retrocessos na área da saúde mental, posiciona a BVTSA como um exemplo de resistência e um recurso essencial para os que buscam uma formação acadêmica crítica e pautada na luta antimanicomial.

2. O MOVIMENTO PELA LUTA ANTIMANICOMIAL, REFORMA E CONTRARREFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA

Apesar da relação inerente entre a Luta Antimanicomial e a Reforma Psiquiátrica, Chiossi (2023) aponta que a primeira é um movimento social e político, que emana da população portanto com múltiplos atores. A luta antimanicomial busca uma mudança radical nas práticas de exclusão e controle da loucura. Por outro lado, a RP é uma respon-

ta institucional, do Estado, às demandas da luta antimanicomial, podendo perder o caráter da radicalidade. O início da RP brasileira pode ser dividido em dois momentos: os anos de 1970, marcados por uma efervescência da Luta Antimanicomial, com reivindicações, protestos e organização de profissionais e pacientes frente ao descaso e violência manicomial; e os anos de 1980, marcados pela entrada do movimento de reforma sanitária como um todo no aparato oficial do Estado, levando a mudanças efetivas nas políticas públicas e práticas institucionais (Amarante, 1998).

Assim, os primeiros movimentos relacionados à assistência psiquiátrica brasileira aconteceram nos anos de 1970, quando profissionais recém-formados encontraram um cenário de descaso e violência. Destaca-se, durante este período, a “crise” da Divisão Nacional de Saúde Mental (DINSAM/MS) (Amarante; Nunes, 2018). O episódio refere-se à mobilização de bolsistas e residentes dos hospitais psiquiátricos do Ministério da Saúde (MS), onde as condições eram de extrema degradação. Uma carta encaminhada ao então Ministro da Saúde, feita por três residentes de Medicina quanto às condições precárias de trabalho e aos abusos sofridos pelos pacientes do Centro Psiquiátrico Pedro II, denuncia a institucionalização da loucura e a mortificação da diferença. Como resposta, a DINSAM demitiu 260 profissionais de seus quatro hospitais (Amarante, 1998).

O que se iniciou como uma denúncia e posterior greve na cidade do Rio de Janeiro acaba tomando proporções nacionais, com jornais denunciando situações análogas às relatadas pelos residentes em outros hospitais psiquiátricos no Brasil, além de divulgarem a greve e os ideais de mudança por trás dela. Um dos resultados mais significativos desse episódio,

além da repercussão a nível nacional, foi a criação do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM).

O MTSM surgiu em 1978, sendo um dos primeiros movimentos coletivos que questionavam a assistência psiquiátrica (Amarante; Nunes, 2018). Foi formado por trabalhadores integrantes do movimento sanitário, associações de familiares, sindicalistas, membros de associações profissionais e pessoas com longo histórico de internações psiquiátricas. O Movimento, através de variados campos de luta, passa a protagonizar e a construir, a partir deste período, denúncias ao governo militar, principalmente sobre o sistema nacional de assistência psiquiátrica, marcado pela violência dos manicômios, fraudes, corrupção da mercantilização da loucura e hegemonia de uma rede privada assistência. O MTSM construiu ainda, coletivamente, uma crítica ao chamado saber psiquiátrico e ao modelo hospitalocêntrico na assistência às pessoas com transtornos mentais (Brasil, 2005; Lüchmann; Rodrigues, 2007).

Com isso, a partir de outubro de 1978, foram realizados importantes congressos para o campo da saúde mental, como o V Congresso Brasileiro de Psiquiatria e o I Congresso Brasileiro de Psicanálise de Grupos. Esses eventos oportunizaram visitas de importantes teóricos para a RP em todo o mundo: com destaque, Franco Basaglia, Felix Guattari, Robert Castel e Erving Goffman. É neste cenário de redemocratização e luta contra a ditadura, relacionando a luta específica por direitos humanos para as vítimas da violência psiquiátrica com a violência do Estado autoritário, que se constituem atores sociais muito importantes no processo de RP. Isto influenciará de forma significativa a construção das políticas públicas, não só na saúde, mas também em outros setores, como cultura, justiça, direitos humanos, trabalho e segurança social etc.(Amarante; Nunes, 2018).

Nesse sentido, ocorreu em 1987 o II Congresso Nacional do MTSM em Bauru, São Paulo, adotando o lema "Por uma sociedade sem manicômios", que, segundo Amarante e Nunes (2018), revela duas transformações significativas no movimento. Uma diz respeito à sua constituição, na medida em que deixa de ser um coletivo de profissionais para se tornar um movimento social, não apenas com os próprios "loucos" e seus familiares, mas também com outros ativistas de direitos humanos. Outra transformação se refere à sua imagem-objetivo, até então relativamente associada à melhoria do sistema, à luta contra a violência, a discriminação e segregação, mas não explicitamente pela extinção das instituições e concepções manicomiais. A partir de então, se transforma em Movimento da Luta Antimanicomial (MLA).

Ainda em 1987, na cidade de São Paulo, um importante marco foi o surgimento do primeiro Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Dois anos depois, são implantados em Santos os Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS) e criadas cooperativas, residências para os egredidos do hospital e associações. No contexto de Juiz de Fora, o primeiro CAPS foi criado em 1993 e credenciado em 1996 sob o nome CAPS Casa Viva. Todavia, é fundamental recordar o histórico manicomial do município, que, como visto, fazia parte do chamado "corredor da loucura".

Em 1989, dá entrada no Congresso Nacional o Projeto de Lei do deputado juizforano Paulo Delgado, que propõe a regulamentação dos direitos da pessoa com transtornos mentais e a extinção progressiva dos manicômios no país (Brasil, 2005). Somente em 2001, após 15 anos, essa lei é sancionada, redirecionando a assistência em saúde mental para serviços de base comunitária e humanizada, mas esquecendo de instituir mecanismos

claros para a “progressiva extinção dos manicômios”. Faz-se importante notar a relação entre a aprovação da lei após 11 anos de tramitação com a assinatura do Brasil, na década de 1990, com a “Declaração de Caracas”. Segundo Hirdes (2009), os países da América Latina comprometem-se a promover a reestruturação da assistência psiquiátrica, rever criticamente o papel hegemônico e centralizador do hospital psiquiátrico, salvaguardar os direitos civis, a dignidade pessoal, os direitos humanos dos usuários e propiciar a sua permanência em seu meio comunitário.

Mais recentemente, com os primeiros sinais de desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS), em decorrência das negociações que tentavam impedir a deposição da presidente Dilma Rousseff, o Ministério da Saúde (MS) foi assumido por conservadores e, para a Coordenação de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, foi nomeado um ex-diretor de um hospital psiquiátrico fechado por ação do Ministério Público (MP) e notório defensor do modelo manicomial. Todavia, com o golpe de 2016, é possível afirmar que o retrocesso não era pontual e que o desmonte do SUS estava inscrito em um processo bastante complexo de aniquilamento de políticas sociais brasileiras, que incluem a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência.

A Emenda Constitucional 95/2016, aprovada no início da administração Temer, determina o congelamento de gastos com políticas sociais – e, por consequência, com o SUS – por 20 anos. Cruz, Gonçalves e Delgado (2020) apontam que, no período de 2016 a 2019, foram editados diversos documentos normativos, constituindo a chamada “Nova Política Nacional de Saúde Mental”. Essas mudanças são chamadas de “contrarreforma psiquiátrica” visto seu caráter retrógrado em relação às transformações que já tinham sido alcançadas,

retomando o incentivo à internação psiquiátrica e a separação da política de saúde mental da política de álcool e outras drogas. Ao mesmo tempo, a Reforma Trabalhista, de acordo com Ribeiro (2019), institucionaliza a desarticulação entre os trabalhadores com medidas que, ao individualizar demandas coletivas, dificultam a mobilização social, parte fundamental da luta antimanicomial.

Em vista da contrarreforma, é válido trazer ao debate Martín-Baró (1997) que, ao postular as três tarefas do psicólogo para a psicologia da libertação, cita como uma delas a conscientização de pessoas e grupos, objetivando o desenvolvimento de um saber crítico sobre si e sua realidade. Nesse processo, o sujeito é capaz de entender os mecanismos que o oprimem e desumanizam. Dessa forma, a Laço, com a construção da BVTSA, pretende levantar a importância do resgate da memória histórica da loucura, como resistência ao desmonte da rede de atenção psicossocial humanizada marcada pela liberdade, pelo respeito e autonomia de seus usuários, enfatizando o cenário local de Juiz de Fora.

A organização social é fundamental para a continuação e atualização de pautas da luta antimanicomial. O 18 de Maio, Dia Nacional da Luta Antimanicomial, é um exemplo de manifestação cultural que, por meio de atividades políticas, científicas e culturais para toda a comunidade, desperta o pensamento crítico sobre a violência institucional da psiquiatria e questiona o estigma e exclusão das pessoas em sofrimento psíquico. Desde o retorno dessa atividade em Juiz de Fora, em 2022, após a pandemia, a Laço tem participado ativamente do 18 de Maio, evento organizado pela Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com apoio da prefeitura do município. No entanto, retrocessos como a Nova Política Nacional de Saúde Mental demons-

tram que a Luta Antimanicomial é um processo constante que não terminou (Chiossi, 2023). A luta por um novo paradigma social da loucura e por uma sociedade que seja capaz de aceitar as diversas formas de ser exige participação ativa, em especial daqueles que atuam ou pretendem atuar junto à saúde mental e políticas públicas.

3. A BIBLIOTECA VIRTUAL THAIS S. ACÁCIO: A CONSTRUÇÃO DE UMA CONTRARRESPONTE NO TERRITÓRIO DE JUIZ DE FORA

Em Foucault (2009), arquivo é um sistema de enunciados discursivos, formado por registros históricos e memórias, que levam à construção de uma verdade. Verdade essa construída a partir de discursos, selecionando alguns e excluindo outros (Simioni, 2016). Com a BVTSA, o discurso a ser escutado é o das maiorias historicamente oprimidas, das denúncias a uma indústria que capitaliza com o sofrimento e das vitórias obtidas por meio da luta antimanicomial no território. Assim, o arquivo da Biblioteca é uma apostila de frear os avanços da contrarreforma psiquiátrica, por meio do resgate da memória coletiva da RP em Juiz de Fora, reivindicando qualidade de vida, saúde e liberdade. Para que não se esqueça, para que não se repita. Manicômio nunca mais. Portanto, ela reflete uma contraresposta ao processo de desmonte das políticas de saúde mental e aos recentes retrocessos em direitos sociais.

O primeiro passo para a construção do acervo foi dado por meio de pesquisas online e sem recorte temporal específico, com o critério de incluir publicações que abordassem Juiz de Fora e/ou Minas Gerais. Assim, foi empregada uma seleção de termos pertinentes à saúde mental, que foram utilizados nas bus-

cas em bancos de dados, tais como Google Acadêmico e Scielo. Os descritores utilizados juntamente com “Juiz de Fora” foram: álcool e drogas; manicômio; hospital psiquiátrico; Rede de Atenção Psicossocial; desinstitucionalização; CAPS; Clínica São Domingos; Casa de Saúde Esperança; Hospital Aragão Vilar; Clínica Serro Azul; Clínica Pinho Masiini; Hospital São Marcos⁵; residência terapêutica (serviço residencial terapêutico – SRT); e comunidade terapêutica.

Após a coleta, foi realizado um processo de filtragem para determinar quais materiais seriam preservados. Como resultado, foram excluídos documentos que não se relacionavam com o contexto de Juiz de Fora. As publicações selecionadas foram catalogadas conforme as diretrizes da Associação Americana de Psicologia (APA) e alocadas em seis pastas distintas, de acordo com suas categorias. Após a conclusão da fase de pesquisa virtual, a investigação foi direcionada ao campo físico, com a digitalização de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), teses e dissertações na biblioteca da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Adicionalmente, foram solicitados, por meio de comunicação por e-mail, documentos que não foram localizados na pesquisa virtual.

A Biblioteca atualmente dispõe de um acervo composto por 414 materiais diversos, referentes aos anos de 1985 a 2023, incluindo 98 artigos científicos, 38 trabalhos de conclusão de curso, 67 dissertações de mestrado, 14 monografias de especialização, sete teses de doutorado, sete livros ou capítulos de livros, quatro trabalhos de conclusão de residência e quatro resumos. Além disso, possui 22 indicadores da Secretaria de Atenção à Saúde referentes aos leitos psiquiátri-

5 São os hospitais psiquiátricos privados que existiam no município

cos, cobrindo o período de 2012 a 2023. O acervo também inclui 37 documentos legislativos relacionados à saúde mental, que contam com decretos e leis municipais, portarias publicadas no Diário Oficial da União, resoluções do governo federal e estadual e a categoria “outros”; além de seis notas técnicas, 91 notícias que abarcam a temática da saúde mental, oito relatórios de conferências municipais e 11 vídeos, que incluem webséries, seminários e documentários. A Biblioteca está em constante atualização, à medida que os membros fazem as buscas virtuais ou físicas.

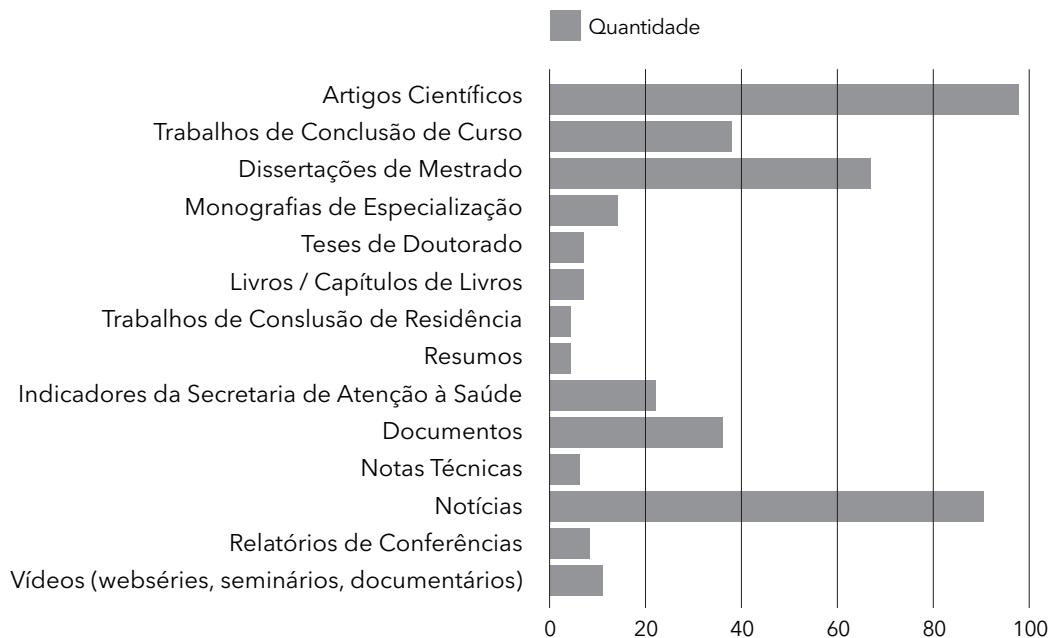
Após a catalogação e organização da Biblioteca, esta foi nomeada como Biblioteca Thaís S. Acácio em homenagem a Thaís Acácio, psicóloga de Juiz de Fora que se destacou na luta antimanicomial e atuou nos equipamentos de saúde mental de Juiz de Fora. Ela foi também autora de um significativo trabalho histórico sobre a saúde mental na cidade: a dissertação “O processo de Reforma Psiquiátrica em Juiz de Fora: uma construção”, orientada por Paulo Amarante e defendida em 2019 no Programa de Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ).

A construção do acervo virtual tem como intuito ser uma contrarresposta frente à avassaladora contrarreforma psiquiátrica, e a análise de tal construção ao longo do presente artigo visa compreender suas contribuições para a promoção da saúde e da qualidade de vida. Após o lançamento da Biblioteca, foi estabelecida uma parceria entre a Laço e o CAPS AD III da cidade, que entrou em contato propondo uma colaboração. Isso resultou na participação dos membros nas oficinas realizadas no equipamento, o que indica um resultado exitoso e extramuros. No CAPS há também um pôster com um QR Code que di-

reciona ao site da Biblioteca, com o objetivo de democratizar o conhecimento em saúde mental e incentivar tanto os usuários quanto os técnicos a utilizarem-na. Antes de iniciar as atividades em campo, foi realizado um estudo prévio de textos acadêmicos nas reuniões semanais e, após a implementação da extensão, houve a supervisão e a exposição das ações, sempre guiadas pelo fazer ético da psicologia. Dessa forma, observa-se que a Biblioteca é um dispositivo extensionista comprometido com a realidade sócio-histórica do território juizforano.

A construção da BVTSA constitui uma conquista fundamental não apenas para a divulgação da história da saúde mental em Juiz de Fora, mas também para a preservação da memória do município, refletindo os progressos na defesa da assistência aos usuários dos serviços de saúde mental. Com um acervo superior a quatrocentos materiais, ela reúne dados relevantes sobre a evolução das políticas públicas de saúde mental, preenchendo uma lacuna local no que se refere ao histórico manicomial da cidade mineira. Nesse sentido, a organização dos materiais continuamente atualizados é fundamental para fomentar pesquisas na área e para o fortalecimento teórico e prático na saúde mental, promovendo a formação profissional crítica e pautada no rompimento com a lógica manicomial; orientando, ainda, o planejamento de políticas públicas mais inclusivas e efetivas no município.

Em uma análise exploratória do conteúdo disponibilizado, observa-se a variedade e abrangência dos materiais anexados, o que reflete a relevância que a Biblioteca pode adquirir para diferentes públicos, com diferentes objetivos. O Gráfico 1 sistematiza os quantitativos anteriormente descritos:

Gráfico 1. Materiais disponíveis na Biblioteca Thaís S. Acácio até novembro de 2024

Fonte: Elaborado pelos autores (2024). Todos os materiais estão disponíveis em: <https://drive.google.com/drive/folders/1F-wu22-ZzUCZ8a1NbRIJnzcFoqn6Rom0>.

Acesso em: 11 nov. 2024.

Com base no levantamento acima, evidencia-se a predominância de artigos científicos, que representam cerca de 23,7% do total do acervo, seguidos por notícias (21,9%) e dissertações de mestrado (16,2%). Esses números refletem o compromisso da Biblioteca e da Laço em apoiar a formação acadêmica e pesquisas profissionais em saúde mental, promovendo um espaço dotado de recursos essenciais para aqueles que se interessem pela área.

Para além da diversidade nos tipos de materiais, observa-se uma amplitude temporal nas produções, que abrange o período de 1985 a 2023, estabelecendo um panorama significativo da evolução das publicações em saúde mental. A partir do início da década de 2000, há um aumento na diversidade dos tipos de materiais, especialmente dos trabalhos acadêmicos, o que reflete um momento de expansão, tanto da assistência em saúde mental no Brasil com a aprovação da Lei 10.216

(Brasil, 2001) quanto do interesse em uma análise crítica do modelo manicomial.

De maneira similar, por meio de uma análise qualitativa dos materiais disponíveis no acervo, evidencia-se que, nos últimos 15 anos, há uma ampliação ainda mais expressiva na variedade de tipos de conteúdo, com temas como inclusão social e a estruturação das políticas públicas tornando-se mais destacados. O crescimento do número de documentos legislativos e indicadores de saúde mental expõe o fortalecimento das políticas voltadas para essa área, ainda que tenha havido violentos retrocessos nos últimos anos.

Além do número e variedade dos materiais, o impacto produzido pela BVTSA pode ser mensurado pelos acessos ao site e pelo retorno positivo dos usuários. Os dados de visitas ao site onde está hospedada a Biblioteca totalizam 347 visualizações desde o seu lançamento, em 15 de setembro de 2023. Para

além do Instagram⁶ da Liga Acadêmica, a divulgação do site foi realizada em instituições de serviços de saúde em Juiz de Fora, em eventos acadêmicos e semanas acadêmicas do UniAcademia e da UFJF. Ao propiciar o acesso a informações que poderiam ser de difícil consulta para algumas pessoas, como no caso das produções acadêmicas que só podem ser encontradas fisicamente, a BVTSA contribui para a democratização do conhecimento por meio da disponibilização gratuita dos materiais.

Dado o exposto, a Biblioteca destaca-se como uma iniciativa importante para a promoção de conhecimento acerca da temática da luta antimanicomial em Juiz de Fora. Dessa forma, ela contribui para o processo de resistência aos desmontes na saúde mental brasileira, simbolizando apoio a uma comunidade compromissada com uma Psicologia crítica.

CONCLUSÃO

A Biblioteca tem o potencial de se consolidar como um modelo inovador, inédito na cidade e transformador na promoção da saúde e da qualidade de vida, especialmente em contextos em que o acesso a recursos informativos e educativos é limitado. Ao se integrar a uma rede de saberes que valoriza tanto o conhecimento acadêmico quanto o comunitário, a BVTSA atua como uma ponte essencial entre instituições de ensino e a sociedade, fortalecendo a colaboração mútua e promovendo a democratização do conhecimento. A Biblioteca não se limita a ser um repositório de informações; ela desempenha um papel ativo na capacitação dos usuários. Sua abordagem multifacetada contribui significativamente para a construção

de um público mais informado e consciente de seus direitos e responsabilidades; o que, por sua vez, promove um ambiente mais saudável e equitativo, premissas balizadoras da Luta Antimanicomial que se faz presente no município e arredores.

Além disso, ao continuar expandindo seu acervo e desenvolvendo parcerias com outras instituições e comunidades, a BVTSA pode ampliar ainda mais seu impacto, atingindo um público mais diversificado e abordando questões emergentes de saúde pública. A possibilidade de incluir conteúdos que refletem as realidades e necessidades específicas de diferentes comunidades representa um passo crucial na promoção de uma saúde pública inclusiva e contextualizada.

Em termos de futuro, a Biblioteca tem a possibilidade de evoluir para uma plataforma interativa, onde os usuários não apenas consuem informações, mas também participem ativamente da criação e compartilhamento de conteúdo. Esse processo de co-criação pode fomentar um senso de pertencimento e responsabilidade coletiva, incentivando práticas saudáveis e sustentáveis que perdurem ao longo do tempo.

Portanto, a Biblioteca Virtual Thaís S. Acácio é um exemplo de como iniciativas extensinistas podem, de fato, promover a saúde e a qualidade de vida de maneira equitativa, integrando saberes e fortalecendo o vínculo entre academia e sociedade. Seu papel na promoção do bem-estar pode ser considerado um indicativo de que o futuro da saúde pública passa por estratégias de educação e informação acessíveis e participativas, capazes de transformar realidades individuais e coletivas. Parece-nos então que uma tra-

6 Disponível em: <https://www.instagram.com/laco.uniacademia/>. Acesso em: 26 dez. 2025.

vessia antimanicomial e emancipatória tem afunilado cada vez mais um corredor marcado pelo acinzentado tom da segregação, que anos atrás se fazia tão presente.

REFERÊNCIAS

ACÁCIO, Thaís Silva. O processo de Reforma Psiquiátrica em Juiz de Fora: uma construção. 2019. 111f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, **Fundação Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/36293>. Acesso em: 27 dez. 2024.

AMARANTE, Paulo. **Loucos pela vida**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

AMARANTE, Paulo; NUNES, Mônica de Oliveira. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. I.], v. 23, n. 6, p. 2067-2074, jun. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3AtZTrX>. Acesso em: 11 ago. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2001. Disponível em: <http://bit.ly/4fl6LH6> Acesso em: 11 de nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Reforma Psiquiátrica e Política de Saúde Mental no Brasil**. Brasília, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3YP45KG>. Acesso em: 11 ago. 2024.

CHIOSSI, Joyce Nonato. **O impacto da luta antimanicomial nas novas políticas públicas de saúde mental**: uma revisão de literatura. 2023. 77f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3O5cxkc> Acesso em: 15 ago. 2024.

COSTA, Pedro Henrique Antunes; MENDES, Kíssila Teixeira. A miséria da psicologia brasileira:

subordinação ao capital e colonização-dependência. **Revista Pesquisas e Práticas Psicosociais**, [S. I.], v. 16, n. 2, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/4euEH2W>. Acesso em: 7 ago. 2024.

CRUZ, Nelson Falcão de Oliveira; GONÇALVES, Renata Weber e DELGADO, Pedro Gabriel Godinho. Retrocesso da reforma psiquiátrica: o desmonte da política nacional de saúde mental brasileira de 2016 a 2019. **Trabalho, Educação e Saúde [online]**, v. 18, n. 3, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00285>. Acesso em: 8 ago. 2024

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GOULART, Maria Stella Brandão. **Política de Saúde Mental no Município de Juiz de Fora**: rumo à consolidação. 2000. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Saúde Mental), Escola de Saúde Pública de Minas Gerais: Juiz de Fora, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/4erdmP4>. Acesso em: 10 ago. 2024.

HIRDES, Alice. **A reforma psiquiátrica no Brasil**: uma (re)visão. Ciência & Saúde Coletiva, [S. I.], v. 14, n. 1, p. 297-305, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000100036>. Acesso em: 11 ago. 2024.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; RODRIGUES, Jefferson. O movimento antimanicomial no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. I.], v. 12, n. 2, p. 399-407, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000200016>. Acesso em: 11 ago. 2024.

MARTÍN-BARÓ, Ignácio. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 2, n. 1, p. 7-27, jan. 1997. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>. Acesso em: 27 dez. 2024.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Para Uma Psicologia da Liberação. In: GUZZO, Raquel Souzo Lobo; LACERDA JR., Fernando. (Orgs.). **Psicologia Social**

Para a América Latina: O Resgate da Psicologia da Liberdade. Campinas, SP: Alínea, 2009, p. 182-197.

RIBEIRO, Flávia Ferreira. Atualização do debate sobre o movimento sindical no Brasil diante da reforma trabalhista. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 32., 2019, Lima. **Anais** [...] Lima: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2019, p. 1382-1402. Disponível em: <https://cdsa.aacademica.org/000-030/1857.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 1ª. ed. São Paulo: Cortez, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/4hMOSmk>. Acesso em: 9 ago. 2024.

SIMIONI, Rafael Lazzarotto. Arquivo, História e Memória: Possibilidades de diálogo entre Luhmann e Foucault. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [S. l.], n. 97, p. 173-190, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/>. Acesso em: 9 nov. 2024.

Recebido em: 10.09.2024

Revisado em: 05.11.2024

Aprovado em: 19.11.2024